



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS  
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -  
COGEN**

<b>ATA DE REUNIÃO</b>	
<b>Membros presentes:</b>	<b>Mário Soares Caymmi Gomes</b> - Juiz de Direito (Presidente) <b>Rodolfo Nascimento Barros</b> – Juiz de Direito <b>Angélica Matos</b> – Juíza de Direito <b>Ângela Bacellar Batista</b> – Juíza de Direito <b>Márcia Gottschald Ferreira</b> – Juíza de Direito Assessora Especial da Corregedoria Geral de Justiça; <b>Isabela Santos Lago</b> – Juíza de Direito, Assessora Especial da Corregedoria das Comarcas do Interior; <b>Viviane Chaves</b> – Chefe de Gabinete da Presidência; <b>Daniel Soeiro</b> – representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia <b>Raphael Varga Scorpião</b> – representante da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia - ADEP-BA <b>Marcelo Amaral da Silveira</b> – Secretário da COGEN <b>Robson Gama</b> – Servidor <b>Márcia Batista da Silva</b> – Servidora

<b>Data:</b> 21/02/2022	<b>Início:</b> 14h	<b>Fim:</b> 15h58	<b>Local:</b> Sala de reunião virtual ( <i>Lifesize</i> )
-------------------------	--------------------	-------------------	---

<b>EVENTO</b>	<b>ITEM</b>	<b>PONTOS DISCUTIDOS</b>
<b>15ª Reunião da COGEN</b>	<b>1</b>	<b>Conhecer os novos membros da Comissão;</b>
	<b>2</b>	<b>Apresentar a todos as principais ações já realizadas pela COGEN;</b>
	<b>3</b>	<b>Apresentar a experiência de retificação de registro civil e verificar a viabilidade de agendamento de reunião com Defensoria, Juiz e Ministério Público da Vara de Registros Públicos de Salvador;</b>
	<b>4</b>	<b>Conversa com a Doutora Márcia Rocha, primeira Conselheira travesti eleita para a OAB-SP; sócia-fundadora do Transempregos, que qualifica e emprega pessoas transexuais.</b>

### **DESENVOLVIMENTO DA PAUTA**

Aberta a reunião, realizada por videoconferência, foi registrada a presença dos membros efetivos da COGEN acima citados. Os Servidores Valéria Álvares, Sara dos Santos Teles e Marcos Vinício Brasil Alcântara apresentaram justificativa às suas ausências. Os demais membros ausentes não apresentaram justificativa, até o início da assentada.

Dada a palavra aos membros presentes à assentada, não houve impugnações à Ata da 14ª Reunião Ordinária da COGEN, a qual restou aprovada, à unanimidade.

#### **1. Conhecer os novos membros da Comissão;**

A COGEN, por meio de seu Presidente, o Doutor Mário Gomes, deu as boas-vindas aos novos membros presentes à reunião, as Doutoras Márcia Gottschald Ferreira – Juíza de



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS  
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -  
COGEN**

Direito Assessora Especial da Corregedoria Geral de Justiça e Isabela Santos Lago – Juíza de Direito, Assessora Especial da Corregedoria das Comarcas do Interior, além da Servidora Viviane Chaves – suplente da Chefia de Gabinete da Presidência, e do Defensor Público Raphael Varga Scorpião – representante da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia - ADEP-BA.

Em seguida, foi dada a palavra a cada um dos novos membros, para que se apresentassem e expusessem suas motivações, e passou-se ao tópico seguinte da pauta.

**2. Apresentar a todos as principais ações já realizadas pela COGEN;**

Mais uma vez na fala de seu Presidente, o Doutor Mário Gomes, realizaram-se as devidas apresentações dos escopos da Comissão, assim como um breve resumo do que foi realizado no primeiro ano de existência da COGEN.

Ao fim, conclamou-se os novos membros a se unirem aos atuais, no esforço de consolidação das conquistas atuais, bem como de expansão da relevância e atuação da COGEN, e passou-se ao tópico seguinte da pauta.

**3. Apresentar a experiência de retificação de registro civil e verificar a viabilidade de agendamento de reunião com Defensoria, Juiz e Ministério Público da Vara de Registros Públicos de Salvador;**

O Presidente da COGEN, Doutor Mário Gomes, apresentou aos demais membros da Comissão o quadro atual do procedimento administrativo de retificação de registro civil, excessivamente burocratizado e em descompasso com a realidade social, pois parte considerável dos muitos documentos exigidos são de difícil e custosa produção, inviabilizando, em muitos casos, o procedimento administrativo.

Relatou que, diante dessa realidade, no Estado do Rio de Janeiro tem se estimulado a judicialização do feito, pois os juízos, cientes dessa realidade impeditiva da concretização do direito, têm concedido medidas antecipatórias, com suficiente força coativa para garantir que o procedimento alcance o seu resultado útil, uma vez que, diante da presença conjunta de todas as partes interessadas, inclusive Ministério e Defensoria Públicos, vários dos documentos que costumam impedir o avanço do procedimento administrativo podem ser afastados, pois seus escopos já são devidamente alcançados nessa audiência conjunta.

Registrou ver como positiva esta forma de atuação, mas pondera que, para que se obtenha êxito equivalente aqui na Bahia, será preciso que se alcance, ao menos, o mesmo nível de diálogo e cooperação alcançados na experiência carioca. Por isso, decidiu submeter à opinião dos membros da Comissão a viabilidade de se organizar uma reunião em conjunto, dos membros da COGEN representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, com os titulares das Varas da Fazenda Pública da Comarca de Salvador, com o intuito de se viabilizar a repetição desta experiência exitosa entre nós.

Dada a palavra aos membros da Comissão a Doutora Ângela Bacellar sugeriu que esta concatenação de atuações fosse construída por etapas (Varas da Fazenda Pública da Comarca de Salvador, Defensoria Pública e Ministério Público), e não num esforço direto e



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS  
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -  
COGEN**

total, por enxergar nessa estratégia maiores chances de sucesso. Foi seguida pelos Doutores Angélica Mattos, Rodolfo Barros e Márcia Gottschald, pelos Servidores Márcia Batista, Robson Gama e Marcelo Silveira, além dos Defensores Públicos Raphael Scorpião e Daniel Soeiro, o qual acrescentou a dificuldade adicional pela Defensoria Pública percebida nas Comarcas do interior do Estado da Bahia.

**4. Conversa com a Doutora Márcia Rocha, primeira Conselheira travesti eleita para a OAB-SP; sócia-fundadora do Transempregos, que qualifica e emprega pessoas transexuais.**

Feitas as devidas introduções, foi dada a palavra à Doutora Márcia Rocha, primeira Conselheira travesti eleita para a OAB-SP; sócia-fundadora do Transempregos, que qualifica e emprega pessoas transexuais.

A Doutora Márcia Rocha iniciou sua fala narrando sua trajetória de vida até chegar aonde chegou. Destacou o período de descoberta de sua transexualidade, como ela se expressou, e qual foi a reação social a essa exposição. Afirmou reconhecer que, dentro do contexto social no qual estava inserida, precisou refrear seu anseio pela transexualidade, e que essa conduta muito provavelmente foi a chave para que conseguisse ascender socialmente e realizar seus objetivos nos demais aspectos da vida, pois, segundo ela mesma, se, naquela ocasião, não se submetesse ao jugo social sobre sua sexualidade, provavelmente hoje não teria alcançado o destaque que objetivava, e, provavelmente, hoje não seria nada, ou muito menos do que aquilo que conquistou. O preço a pagar foi a perda do direito de ser ela mesma, para aceitar a imposição social de que ela deveria, ainda que à força, aquilo que os outros queriam que ela fosse. Afirmou que essa permanece sendo a realidade cotidiana, e que isso precisa mudar.

Na sequência, esclareceu que, exatamente em razão de ter a consciência do quanto a assunção irrestrita do gênero e da orientação sexual é fator de discriminação no mercado de trabalho, por negar oportunidades às populações LGBTQIA+, limitando-as às categorias profissionais normalmente posicionadas na base da pirâmide social, que a Transempregos surgiu, como um local de fomento e agregação de pessoas trans já qualificadas e em busca de maior qualificação, para atuarem em toda e qualquer atividade profissional, inclusive aquelas situadas no topo da pirâmide social.

Retornada a palavra ao Doutor Mário Gomes, ele fez questão de destacar a importância de iniciativas como a Transempregos, para que supere uma dificuldade comum, e inclusive existente atualmente no âmbito do PJBA, que é fundamentar-se a pouca ou nenhuma representativa dessa população nos quadros de colaboradores a partir da ausência de material humano qualificado que se identifique como transgênero. Primeiro por demonstrar factualmente ser essa uma inverdade, segundo por promover essa interlocução empregador-contratado, encurtando caminhos para que pessoas integrantes dessa categoria social possam efetivamente se sentirem partes integrantes e dignatárias da sociedade. Reforçou o pedido da COGEN para que a Transempregos colabore ativamente com essa mudança de paradigmas no PJBA, solicitação de pronto aceita pela Doutora Márcia Rocha.

Feitos os agradecimentos finais, foi dada por encerrada a 15ª Reunião Ordinária da COGEN.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS**  
**AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -**  
**COGEN**


55:31 12 1:50:09